



BAUMINAS Log e Transportes S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2022

DS
ALPC

DS
JHL

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	8
Demonstração dos resultados	10
Demonstração dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

DS
ALPC

DS
JHL



Edifício Statement
Av. Do Contorno, 5.800
16º e 17º andares - Savassi
30110-042 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
BAUMINAS Log e Transportes S.A.
Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BAUMINAS Log e Transportes S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

DS
ALPC

DS
JHL



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receitas de prestação de serviços

Conforme mencionado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou receita líquida total no montante de R\$113.981 mil. As receitas da Companhia são principalmente oriundas do serviço de transporte rodoviário e coleta de produtos perigosos.

A Companhia identifica os direitos de cada parte em relação aos serviços a serem executados, na qual cada serviço de transporte é considerado uma obrigação de desempenho distinta. Esta obrigação é satisfeita no momento específico do tempo no qual o serviço é prestado de acordo com seus contratos.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância, volume de transações e o risco de impacto relevante no resultado de cada exercício que o reconhecimento de receita (*cut-off*) pode ocasionar.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho dos processos e controles internos chaves relacionados ao reconhecimento da receita de prestação de serviços, bem como daqueles relacionados ao processo de faturamento da Companhia; (ii) testes documentais, em base amostral, sobre a existência, valorização e competência da receita incorrida no exercício; (iii) avaliação sobre a existência de tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento da receita; (iv) avaliação das divulgações incluídas pela diretoria nas demonstrações financeiras. Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Como resultado desses procedimentos, identificamos ajuste imaterial de auditoria indicando o reconhecimento de receita a maior, devido ao reconhecimento da receita ter considerado a data de emissão da nota fiscal de venda e não a data de entrega do produto.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas de prestação de serviços, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento destas receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

DS
ALPC

DS
JKL



Impairment de ágio gerado na aquisição de investimentos

Conforme divulgado nas notas explicativas 3(g) e 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui ágio gerado na aquisição de investimentos, o qual é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição dos negócios e o montante do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da entidade adquirida. O ágio das aquisições foi reconhecido como ativo intangível nas demonstrações financeiras da Companhia e testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Esse tema foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância do saldo de tal ativo e o alto grau de subjetividade das estimativas envolvidas na determinação das bases que suportam o cálculo que demonstra a realização do ágio.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho dos processos e controles internos chaves relacionados aos investimentos e ativos intangíveis; (ii) inspeção do laudo de recuperação do ágio sobre aquisição de investimentos elaborado pela diretoria; (iii) entendimento e avaliação das premissas utilizadas nos fluxos de caixa descontados, sendo as principais: inflação, dados históricos e taxa de desconto; (iv) sensibilização das projeções utilizando informações de mercado; (v) recálculo dos fluxos de caixa descontados; e (vi) avaliação das divulgações incluídas pela diretoria nas demonstrações financeiras da Companhia.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as divulgações nas notas 4(g) e 10, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

DS
ALPC

DS
JHL



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

DS
ALPC

DS
JHL



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-015199/O


Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-MG080613/O

DS
ALPC

DS
JAL

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.559	61.167
Contas a receber	6	17.913	11.843
Estoques	7	1.097	917
Impostos a recuperar	9	302	728
IR e CS a recuperar	8	739	1.743
Créditos com partes relacionadas	24	348	9.779
Outros ativos		1.121	475
Total do ativo circulante		24.079	86.652
Créditos com partes relacionadas	24	31.560	50.660
Depósitos judiciais		806	109
Ativo fiscal diferido	8	1.039	1.154
Outros ativos		5	-
Investimentos	10	170.387	132.553
Imobilizado	11	70.224	41.630
Intangível		9	7
Total do ativo não circulante		274.030	226.113
Total do ativo		298.109	312.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
ALPC

DS
JHL

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

Passivo	Nota	2022	2021
Fornecedores	12	3.475	2.182
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	69.370	118.886
Obrigações tributárias	15	1.839	1.161
IR e CS a recolher	8	167	206
Obrigações sociais trabalhistas	16	2.808	1.907
Dividendos e JCP a pagar	24	12.241	2.031
Débitos com partes relacionadas	24	37	1.098
Outros passivos		594	652
Total do passivo circulante		90.531	128.123
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	33.415	89.392
Débitos com partes relacionadas	24	39.012	-
Passivo fiscal diferido	8	10.829	10.193
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	3.055	3.195
Outros passivos		4	-
Total do passivo não circulante		86.315	102.780
Capital social	18	34.660	34.660
Reserva de lucros		68.673	29.372
Ajuste de avaliação patrimonial		17.930	17.830
Total do patrimônio líquido		121.263	81.862
Total do passivo		176.846	230.903
Total do passivo e patrimônio líquido		298.109	312.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
ALPC

DS
JHL

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita de serviços	20	113.981	80.117
Custo dos serviços	21	(84.430)	(64.654)
Lucro bruto		29.551	15.463
Despesas gerais e administrativas	22	(1.594)	(1.229)
Despesas de vendas		21	-
Despesas tributárias		(263)	(406)
Outras (despesas) receitas		800	1.031
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		28.515	14.859
Receitas financeiras	23	1.762	3.557
Despesas financeiras	23	(22.945)	(14.851)
Resultado financeiro		(21.183)	(11.294)
Resultado de equivalência patrimonial	10	46.644	23.620
Resultado antes dos impostos		53.976	27.185
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(1.683)	(925)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(751)	(217)
Resultado líquido do exercício		51.542	26.043
Resultador por ação/cota - básico (em R\$)		1,49	0,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
ALPC

DS
JAL

Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	2022	2021
Resultado do exercício	51.542	26.043
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	51.542	26.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
ALPC

DS
JHL

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.660	166	-	3.163	19.061	-	57.050
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	26.043	26.043
<i>Transações com acionistas</i>							
Demais efeitos participações societárias	-	-	-	-	(1.231)	-	(1.231)
<i>Destinação:</i>							
Constituição de reserva	-	1.302	6.511	18.230	-	(26.043)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	34.660	1.468	6.511	21.393	17.830	-	81.862
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	51.542	51.542
<i>Transações com acionistas</i>							
Demais efeitos participações societárias	-	-	-	-	100	-	100
<i>Destinação:</i>							
Dividendos	-	-	-	-	-	(12.241)	(12.241)
Constituição de reserva	-	2.577	-	36.724	-	(39.301)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.660	4.045	6.511	58.117	17.930	-	121.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
ALPC

DS
JHL

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (em milhares de reais)

	2022	2021
Resultado líquido do exercício antes do IR e CSLL	53.976	27.185
Ajustes para:		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(140)	909
Depreciação	4.956	5.867
Resultado de equivalência patrimonial	(46.644)	(23.620)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais líquidas	22.736	14.722
Valor residual de ativos permanentes baixados	1.277	107
Amortização mais valia	858	859
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação	(70)	56
Variações em:		
(Aumento) contas a receber	(6.000)	(2.593)
(Aumento) redução estoques	(180)	1.311
Redução impostos a recuperar	426	354
(Aumento) depósito judicial	(697)	(32)
(Aumento) redução outros ativos	(651)	60
Aumento (redução) fornecedores	1.293	(889)
Aumento (redução) obrigações tributárias	678	(147)
Aumento (redução) imposto de renda e contribuição social	965	(1.706)
Aumento (redução) obrigações trabalhistas	901	(1.231)
(Redução) aumento outros passivos	(54)	323
Pagamento de juros sobre empréstimos	(22.032)	(14.019)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.683)	(925)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	9.915	6.591
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Dividendos recebidos	8.052	6.988
Aquisição de imobilizado e intangível	(34.829)	(10.613)
Empréstimos com partes relacionadas	66.482	(1.248)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	39.705	(4.873)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Recursos obtidos de empréstimos e financiamentos	-	40.000
Dividendos pagos	(2.031)	-
Amortização principal de empréstimos	(106.197)	(45.244)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(108.228)	(5.244)
(Redução) / Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa	(58.608)	(3.526)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	61.167	64.693
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.559	61.167
Variação em caixa e equivalente de caixa	(58.608)	(3.526)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

 DS
 ALPC

 DS
 JHL

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A BAUMINAS Log e Transportes S.A. (“BAUMINAS Log” ou “Companhia”), fundada em 2011, é sediada em Cataguases/MG e tem por principais objetivos sociais o transporte rodoviário e coleta de produtos perigosos, transporte rodoviário de cargas, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, operador de transporte multimodal – OTM e a participação em outras sociedades e o serviço de locação de outros meios de transporte, sem condutor. A Companhia tem como seus clientes praticamente 100% das empresas do Grupo BAUMINAS.

A Companhia é parte do Grupo BAUMINAS, fundado em 1961, em Cataguases - MG, tendo mais de 60 anos de experiência na fabricação de produtos químicos para tratamento de águas e efluentes (coagulantes), sendo líder nacional.

A BAUMINAS Log possui participação societária, direta ou indireta, nas seguintes empresas, sediadas no Brasil:

Empresas	Segmento de mercado	Participação (%)		Participação (%)	
		31/12/2022		31/12/2021	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
BAUMINAS Química Ltda	BAUMINAS Águas	37,97%	-	37,97%	-
Ambientaly Ind. Com. Prod. Químicos Ltda.	BAUMINAS Águas	-	16,71%	-	16,71%
Eletro Manganês Ltda.	BAUMINAS Agro	-	37,97%	-	37,97%
B&G Participações S.A.	Holding não operacional	16,71%	-	16,71%	-

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade

A demonstração financeira foi elaborada e está sendo apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão e divulgação da demonstração financeira foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias da demonstração financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

A demonstração financeira foi preparada considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

A demonstração financeira apresenta informações comparativas em relação ao exercício anterior.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Esta demonstração financeira está apresentada em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

DS
ALPC

DS
JHL

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira, salvo indicação ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

b) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual se espera ter direito e é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal que é o momento em que a administração considera que se cumpriu as obrigações de performance.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

i. Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)

As provisões para perdas esperadas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

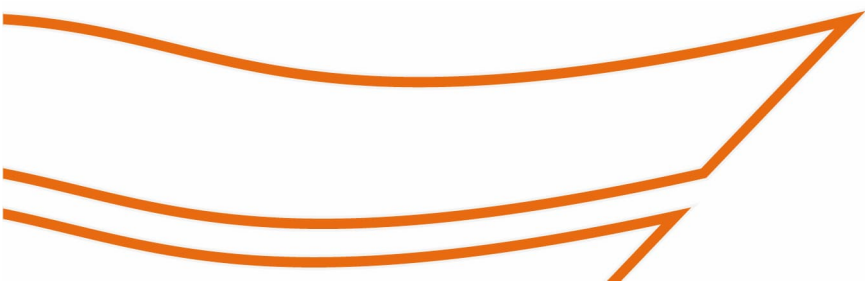
As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

ii. Mensuração e apresentação das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).


DS
ALPDS
JH

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

iii. Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

c) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, usando-se o método de Média Ponderada Móvel.

Os estoques compreendem produtos adquiridos de terceiros, insumos e materiais de manutenção.

d) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em empresa coligada e joint ventures são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto (joint venture), deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixar de existir.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

i. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados, de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

DS
ALPC

DS
JAL

Máquinas e equipamentos	10 - 25 anos
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Veículos	5 - 10 anos
Equipamentos de Informática	3 - 5 anos

f) Ativos intangíveis e ágio

i. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Carteira de clientes	5 anos
Marcas	18,5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Empréstimos, financiamentos, debêntures e operações de arrendamento

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

DS
ALPDS
JHL

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor; e
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada pela taxa média dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

Após a mensuração inicial, os passivos de arrendamento aumentam como resultado de juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos para pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados numa base linear durante o prazo remanescente do arrendamento mercantil ou durante a vida econômica remanescente do ativo se, raramente, isso for considerado menor do que o prazo do arrendamento mercantil.

h) Tributos sobre o lucro

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos.

A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

i) Provisões, passivos contingentes e depósitos judiciais

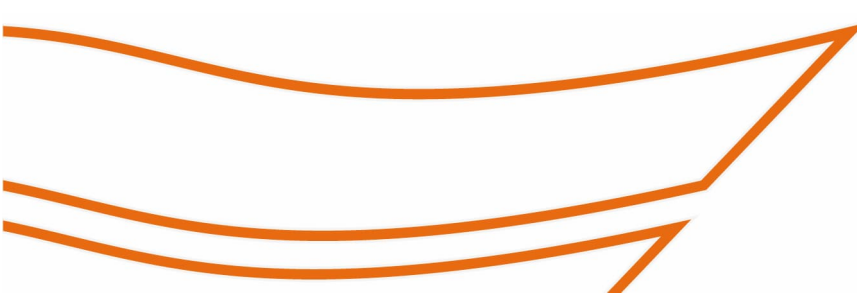
As provisões são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Adicionalmente, a Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante


DS
ALPDS
JHL

em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: receitas de juros; despesas de juros; receitas de aplicações financeiras e juros sobre empréstimos.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

l) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i. Ativos financeiros

- Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

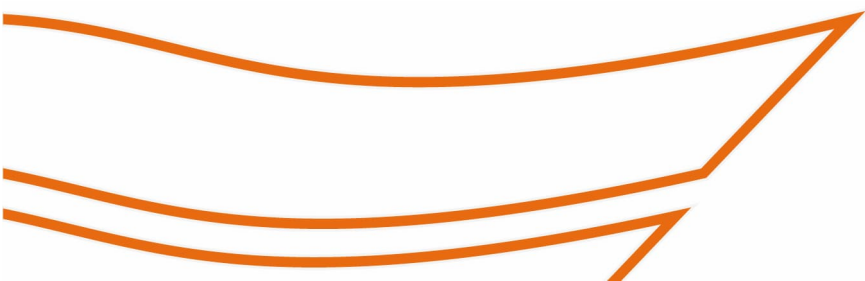
Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

- Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em:
o Ativos financeiros ao custo amortizado; e


DS
ALPCDS
JAL

o Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e empréstimos a partes relacionadas, incluídos em "Créditos com partes relacionadas".

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

- Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- o Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- o A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

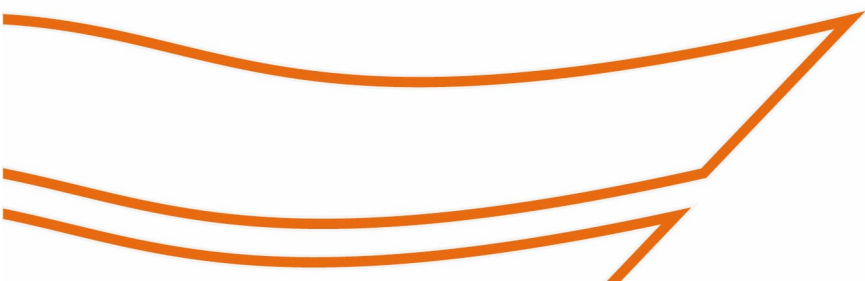
O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

ii. Passivos financeiros

- Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.



DS
ALPC

DS
JAL

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos de arrendamento e débitos com partes relacionadas.

- **Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados em passivos financeiros ao custo amortizado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

- **Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii. **Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.1 **Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

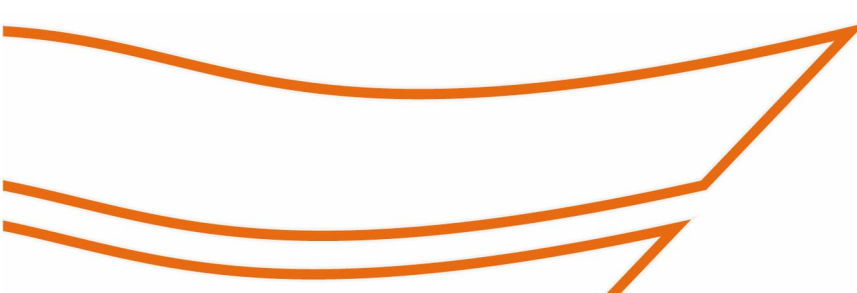
As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

a) **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.


DS
ALPDS
JAL

b) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)

A provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Nota explicativa 6 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Nota explicativa 10 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e

Nota explicativa 11 - mensuração/determinação da vida útil do ativo imobilizado e a sua depreciação.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

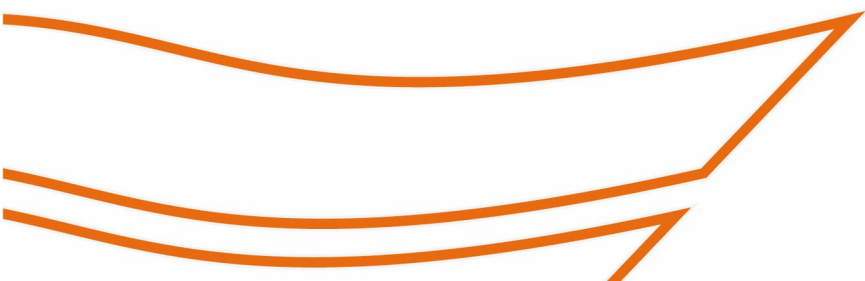
Nota explicativa 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e) Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

4 Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022:

Os normativos abaixo entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 e não apresentaram impacto e ou alterações significativas na apresentação dessas demonstrações financeiras.


DS
ALPCDS
JAL

Pronunciamento	Descrição
Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).	Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.
	Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.
	Referências à Estrutura conceitual As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios). A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Administração não espera mudanças relevantes advindos de suas implementações.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)	Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)	Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

DS
ALPC

DS
JHL

ENCURTANDO DISTÂNCIAS

	As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.
Alterações ao IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i> : Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)	Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS <i>Practice Statement 2</i> Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis que são mais úteis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao <i>Practice Statement 2</i> fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.
Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)	Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Banco conta movimento	273	585
Caixa e equivalentes de caixa	3	3
Aplicações financeiras	2.283	60.579
Total	2.559	61.167

Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

A carteira de aplicações financeiras é constituída por fundos de renda fixa atreladas ao CDI, com liquidez imediata e rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivalente a 107% do CDI (122% do CDI em 2021).

6 Contas a receber

	2022	2021
Duplicatas a receber de clientes	325	208
Partes relacionadas (i)	17.588	11.705
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	-	(70)
Total	17.913	11.843

DS
ALPC

DS
JHL

(i) Os saldos de partes relacionadas estão demonstrados na nota explicativa 24.

Não incidem juros sobre os saldos de contas a receber, os quais geralmente consideram termos de pagamento de 30 a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2022	2021
A Vencer	12.421	7.946
Vencido de 0 a 30 dias	5.341	3.183
Vencido de 31 a 60 dias	109	181
Vencido de 61 a 90 dias	42	138
Vencido acima de 91 dias	-	465
Total	17.913	11.913

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é apresentada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	(70)	(14)
Adições	(1)	(56)
Baixas	71	-
Saldo final	-	(70)

7 Estoques

	2022	2021
Almoxarifado	1.097	917
Total	1.097	917

A Administração efetuou avaliação dos estoques e considerou que não existe a necessidade de constituição de provisão de perdas.

8 Tributos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 se encontra disposta abaixo:

	2022	2021
IR e CS correntes:		
Despesa de IR e CS - correntes	1.683	925
IR e CS diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporários	751	217
Despesas apresentadas na demonstração do resultado	2.434	1.142

DS
aLPC

DS
JHL

ENFRIANDO DISTÂNCIAS

	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	53.976	27.185
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	53.976	27.185
À alíquota fiscal de 34% (2021: 34%)	18.352	9.243
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	(15.859)	(8.030)
Outros	(59)	(71)
	2.434	1.142
Despesa de tributos apresentada na demonstração do resultado	2.434	1.142
Alíquota efetiva	4,51%	4,20%

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

	2022	2021
Ativo circulante		
IR e CS corrente	739	1.743
Passivo circulante		
IR e CS corrente	(167)	(206)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Não circulante		
Ativo fiscal diferido	1.039	1.154
Passivo fiscal diferido	(10.829)	(10.193)
	(9.790)	(9.039)

Os saldos de passivo fiscal diferido referem-se às diferenças temporárias aplicáveis à amortização da carteira de clientes alocadas nas combinações de negócios realizadas pela Companhia.

As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a este item, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitirão a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2022.




9 Impostos a recuperar

	2022	2021
ICMS	37	38
PIS e COFINS	258	683
Impostos Retidos por Terceiros	7	7
Total	302	728
Circulante	302	728

Os saldos de impostos a recuperar estão registrados pelo seu valor de realização e não são esperadas perdas adicionais e referem-se a créditos gerados nas operações normais das empresas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

10 Investimentos

a) Composição dos investimentos

Investida	Controle	Participação		Investimento	Equivalência	Investimento	Equivalência
		2022	2021				
BAUMINAS Química	Coligada	37,97%	37,97%	140.832	33.810	106.922	16.286
B&G	Joint Venture	16,71%	16,71%	17.495	12.834	12.713	7.334
Ágio e mais valia (i)	-	-	-	12.060	-	12.918	-
Total				170.387	46.644	132.553	23.620

(i) Refere-se ao ágio apurado pela BAUMINAS SOCIEDADES na aquisição da empresa BAUMINAS Química Sul em 2019. Em 2020, na incorporação da BAUMINAS SOCIEDADES pela Companhia, o saldo passou a ser registrado na Companhia.

b) Movimentação

Investida	2020	Equivalência Resultado do exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Distribuição de Lucro	Amortização	2021
BAUMINAS Química	91.867	16.286	(1.231)	-	-	106.922
B&G	12.367	7.334	-	(6.988)	-	12.713
Ágio e mais valia	13.777	-	-	-	(859)	12.918
Total dos investimentos	118.011	23.620	(1.231)	(6.988)	(859)	132.553

Investida	2021	Equivalência Resultado do exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Distribuição de Lucro	Amortização	2022
BAUMINAS Química	106.922	33.810	100	-	-	140.832
B&G	12.713	12.834	-	(8.052)	-	17.495
Ágio e mais valia	12.918	-	-	-	(858)	12.060
Total dos investimentos	132.553	46.644	100	(8.052)	(858)	170.387

DS
ALPC

DS
JHL

c) Saldos coligadas e *joint venture*

Investida	Controle	Patrimônio Líquido	Lucro Líq. do Exercício	Patrimônio Líquido	Lucro Líq. do Exercício
		2022		2021	
BAUMINAS Química	Coligada	370.900	89.043	281.594	42.892
B&G	<i>Joint Venture</i>	104.700	76.806	76.078	44.114
Total		475.600	165.849	357.672	87.006

d) Composição do ágio e mais valia

	2022	2021
Ágio	6.298	6.298
Mais valia de imobilizado e marcas	9.625	9.625
Amortização acumulada - mais valia	(3.863)	(3.005)
Total	12.060	12.918

A Companhia efetuou análise de *impairment* e não identificou distorções.

11 Imobilizado

a) Composição imobilizado

	2022			2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Edificações e Construções	90	(1)	89	19	-	19
Máquinas e equipamentos	240	(81)	159	229	(63)	166
Móveis e utensílios	93	(23)	70	81	(17)	64
Veículos	79.295	(23.703)	55.592	61.907	(20.593)	41.314
Equipamentos de informática	347	(254)	93	299	(232)	67
Imobilizado em Andamento	14.221	-	14.221	-	-	-
Total do imobilizado	94.286	(24.062)	70.224	62.535	(20.905)	41.630

b) Movimentação do custo



DS



DS

	2021	Adições	Baixas	Transferên- cias	2022
Edificações e Construções	19	71	-	-	90
Máquinas e equipamentos	229	11	-	-	240
Móveis e utensílios	81	12	-	-	93
Veículos	61.907	3.599	(3.064)	16.853	79.295
Equipamentos de informática	299	62	(14)	-	347
Imobilizado em Andamento	-	31.074	-	(16.853)	14.221
Total do custo	62.535	34.829	(3.078)	-	94.286

c) Movimentação da depreciação

	2021	Adições	Baixas	2022
Edificações e Construções	-	(1)	-	(1)
Máquinas e equipamentos	(63)	(18)	-	(81)
Móveis e utensílios	(17)	(6)	-	(23)
Veículos	(20.593)	(4.897)	1.787	(23.703)
Equipamentos de informática	(232)	(36)	14	(254)
Total da depreciação	(20.905)	(4.958)	1.801	(24.062)

12 Fornecedores

	2022	2021
Mercadorias e serviços	2.602	1.980
Fretes	873	202
Total	3.475	2.182

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos	Vencimento	2022	2021
Capital de Giro	CDI + 3,4098%	2026	40.128	40.195
Finame	TJLP SELIC 11,3783%	2023	93	1.710
Debêntures	CDI + 2,1250%	2023	62.974	167.487
Debêntures	Custo de captação -	2023	(410)	(1.114)
Total			102.785	208.278
Circulante			69.370	118.886
Não circulante			33.415	89.392




a) Movimentação

	2022	2021
Em 1º de janeiro	208.278	212.819
Adições	-	40.000
Amortizações	(106.197)	(45.244)
Acréscimo de juros	22.032	14.018
Pagamentos de Juros	(22.032)	(14.019)
Apropriação custo captação	704	704
Em 31 de dezembro	102.785	208.278

Em 24 de julho de 2018, houve a primeira emissão pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, pela BAUMINAS Log e Transporte S.A, com forma de captação de recursos para realização dos investimentos da Companhia no exercício de 2018, tendo como garantidoras as demais empresas do Grupo BAUMINAS. O valor total da emissão foi de R\$210.000, compostos por 210.000 debêntures, com prazo de vencimento em 3 de julho de 2023.

A escritura apresenta cláusulas de *covenants* de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, a manutenção do limite de cobertura da dívida líquida através da relação da dívida líquida e o EBITDA, e a relação do EBITDA e a despesas financeira líquida. A manutenção de *covenants* está baseada em relação às demonstrações financeiras combinadas do Grupo BAUMINAS.

Não foi identificado nenhum evento de não conformidade destes *covenants* em 31 de dezembro de 2022.

14 Gerenciamento dos riscos financeiros

a) Estrutura de gerenciamento de risco

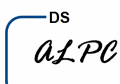
O Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, sendo responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia busca manter um volume de disponibilidades suficientes para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores investimentos em capital de giro. Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de riscos e de investimentos; (ii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iii) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado.



DS



DS

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico.

A Administração da Companhia efetuou a análise da carteira de clientes para avaliar os efeitos e reflexos na mudança da perspectiva de perda das empresas. A análise abrangeu a totalidade da carteira de clientes e a Companhia não identificou a necessidade de realizar uma perda esperada de crédito para o exercício 2022.

c) Risco de liquidez

É a dificuldade que as empresas da Companhia encontrarão em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação das empresas da Companhia.

A Companhia e sua Administração alinham sua disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

e) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

14.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, conforme a seguir:

	Classificação de acordo com o CPC 48	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2.559	61.167
Contas a receber	Custo amortizado	17.913	11.843
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	31.908	60.439
Total de ativos financeiros		52.380	133.449
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo Amortizado	102.785	208.278
Fornecedores	Custo Amortizado	3.475	2.182
Débitos com partes relacionadas	Custo Amortizado	39.049	1.098
Outros passivos	Custo Amortizado	598	652
Total de passivos financeiros		145.907	212.210

Não há diferença entre os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

 DS
ALPC

 DS
MHL

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

b) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, e adiantamentos de contratos de câmbio. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram que fossem apresentados mais dois cenários, sendo apresentado neste caso, cenários com deterioração e apreciação das taxas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) da variável do risco considerado, além dos cenários prováveis.

Abaixo, são considerados dois cenários de taxas de juros, apreciação e depreciação, com os respectivos impactos nos resultados:

Variáveis aplicáveis	2022	Período até 31 de dezembro de 2022			
	Risco	Cenário atual	Base	Cenário I	Cenário II
				25%	50%

CDI	Aumento (redução)	13,6500%	11,7396%	14,6745%	17,6094%
-----	-------------------	----------	----------	----------	----------

Títulos e Valores Mobiliários	Saldo 2022	Taxa atual média	Cenário atual	Apreciação das taxas		Deterioração das taxas	
				Saldo 2022 + Cenário I	Saldo 2022 + Cenário II	Saldo 2022 - Cenário I	Saldo 2022 - Cenário II
Aplicações financeiras - Bradesco	872	CDI 104%	876	877	878	867	866
Aplicações financeiras - Santander	2	CDI 105%	2	2	2	2	2
Aplicações financeiras - Safra	1.409	CDI 110%	1.591	1.636	1.682	1.182	1.136
Total	2.283		2.469	2.515	2.562	2.051	2.004

Empréstimos	Saldo 2022	Taxa atual média	Cenário atual	Apreciação das taxas		Deterioração das taxas	
				Saldo 2022 + Cenário I	Saldo 2022 + Cenário II	Saldo 2022 - Cenário I	Saldo 2022 - Cenário II
Capital de Giro	40.128	CDI + 3,41%	44.839	47.385	48.563	32.871	31.693
Finame	93	TJLP SELIC 11,38%	104	117	120	69	66
Debêntures	62.974	CDI + 2,13%	70.367	73.553	75.402	52.395	50.546
Total	103.195		115.310	121.055	124.085	85.335	82.305

DS
ALPC

DS
JHL

15 Obrigações tributárias

	2022	2021
ICMS	784	579
Contribuições ao PIS e a COFINS	846	435
Imposto sobre serviços - ISS	15	10
Impostos retidos	194	137
Total	1.839	1.161

16 Obrigações sociais trabalhistas

	2022	2021
Férias a pagar	1.527	862
Encargos sociais sobre folha a recolher	679	471
Salários	602	574
Total	2.808	1.907

17 Provisões para contingências

	2022	2021
Trabalhistas	2.706	2.702
Cíveis	349	493
Total	3.055	3.195

A Companhia figura como parte em processos que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza trabalhistas e cíveis com probabilidade provável de perda. A Companhia possui causas trabalhistas no valor de R\$762 (R\$1.282 em 2021) cuja probabilidade de perda é possível.

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$34.660, composto por 34.659.702 ações ordinárias nominativas, com direito a voto, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

b) Reserva legal

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, é constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.




c) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros é constituída com os resultados remanescentes após a definição da administração quanto aos percentuais de lucros destinados à distribuição aos acionistas e constituição de outras reservas de acordo com a legislação societária.

Em 2022, os saldos das reservas de lucro ultrapassaram o limite do capital social e serão submetidos à AGO em abril de 2023 para destinação como distribuição de dividendos ou aumento de capital.

d) Dividendos pagos e propostos

De acordo com o estabelecido no estatuto social do Grupo, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2022 foram propostos dividendos no valor de R\$ 12.241, a serem aprovados e pagos em 2023.

19 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	51.542	26.043
Média ponderada da quantidade de ações (em milhares)	34.660	34.660
Resultado por ação (expresso em reais)	1,487	0,751

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 31/12/2022 e 31/12/2021, sendo o resultado diluído equivalente ao resultado básico.

20 Receita de serviços

	2022	2021
Receita bruta de prestação de serviços	136.384	95.110
Receita bruta de locação de equipamento e veículos	1.378	-
(-) Tributos sobre receita	(23.781)	(14.993)
Receita líquida de serviços	113.981	80.117

DS
ALP

DS
JHL

21 Custo dos serviços

	2022	2021
Mão de obra	(22.026)	(18.535)
Combustível	(24.434)	(15.505)
Manutenção	(12.294)	(9.806)
Serviços de terceiros	(6.554)	(4.777)
Depreciação / Amortização	(4.960)	(5.881)
Viagens	(6.870)	(6.093)
Gastos gerais	(7.292)	(4.057)
Custo dos serviços	(84.430)	(64.654)

22 Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.011)	(778)
Serviços de terceiros	(175)	(161)
Manutenção e serviços de obras	(304)	(133)
Viagens	(22)	(37)
Demais despesas	(82)	(120)
Total despesa	(1.594)	(1.229)

23 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas Financeiras	1.762	3.557
Receita sobre aplicação financeira	1.516	3.296
Receita com juros	212	21
Descontos obtidos / Outros	34	240
Despesas Financeiras	(22.945)	(14.851)
Juros sobre empréstimos	(22.032)	(14.045)
Descontos concedidos	-	(10)
Apropriação custo de captação	(704)	(704)
Outros	(209)	(92)
Resultado Financeiro	(21.183)	(11.294)

DS
ALPC

DS
JAL

24 Partes relacionadas

	2022			2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Contas a receber e faturamento	17.588	-	137.060	11.705	-	94.552
Ambientaly	3	-	3	8	-	-
BAUMINAS Mineração	139	-	633	37	-	883
BAUMINAS NNE	11.198	-	90.184	7.450	-	59.683
BAUMINAS Química	2.670	-	16.394	1.830	-	10.466
Eletro	9	-	597	31	-	660
Nheel Química	3.510	-	28.116	2.246	-	21.722
Sulfabras	59	-	1.133	103	-	1.138
Débitos e créditos com partes relacionadas	31.908	39.049	-	60.439	1.098	-
Ambientaly	-	-	-	2	-	-
BAUMINAS NNE	-	12.995	-	9.856	4	-
BAUMINAS Química	347	-	-	-	729	-
Barbosa & Bissoli Part. E Serv. Ltda	275	-	-	274	-	-
BAUMINAS Mineração	-	-	-	-	-	-
BAUMINAS Participações S.A.	22.714	-	-	35.746	4	-
Sulfabras	-	-	-	-	1	-
NHEEL Química	-	26.054	-	-	360	-
Global Ferrous	154	-	-	150	-	-
Sijobig Administradora de Bens Ltda	1	-	-	1	-	-
Eletro	8.417	-	-	14.410	-	-
Dividendos	-	12.241	-	-	2.031	-
BAUMINAS Participações S.A.	-	12.241	-	-	2.031	-
Total entre partes relacionadas	49.496	51.290	137.060	72.144	3.129	94.552

a) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no exercício de 2022 foi de R\$ 262 (R\$ 397 em 2021).

25 Seguros

A Companhia possui principalmente apólices para cobertura dos fretes que realiza em sua atividade, a fim de cobrir eventuais danos materiais sofridos pelos bens ou mercadorias pertencentes a terceiros e que lhe tenham sido entregues para transporte, por rodovia, no território nacional, e ainda seguro para suas frotas de veículos e automotores.

26 Eventos subsequentes

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. A Companhia realizou uma avaliação e não foi identificado nenhum caso, que tenha efeito sobre suas operações.

DS
ALPC

DS
JHL

DocuSigned by:

José Heitor Leonardo

1F5F283C96474F8...

Diretor Administrativo Financeiro

José Heitor Leonardo

CPF 331.808.656-87

DocuSigned by:

Ariane Lacerda Pereira Canedo

18942CBA7FB3458...

Responsável Técnico / Contadora

Ariane Lacerda Pereira Canedo

CRC/MG- 079511/O

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: CE0C7A78AC384B3B9BD6E626BDE021E3

Status: Concluído

Assunto: DocuSign_DF BAUMINAS LOG_2022-2021

Envelope fonte:

Documentar páginas: 37

Assinaturas: 2

Certificar páginas: 6

Rubrica: 72

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

Priscila Rios Penha

Rua João Dias Neto 18

Cataguases, MG 36770-228

priscila.rios@bauminas.com.br

Endereço IP: 191.215.216.149

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Priscila Rios Penha

Local: DocuSign

30/03/2023 19:29:49

priscila.rios@bauminas.com.br

Eventos do signatário

Ariane Lacerda Pereira Canedo

ariane.lacerda@bauminas.com.br

A&F - Contabilidade

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

 18942CBA7FB3458...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 191.6.181.30

Registro de hora e data

Enviado: 30/03/2023 19:42:46

Visualizado: 30/03/2023 23:11:14

Assinado: 30/03/2023 23:11:58

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

José Heitor Leonardo

heitor.leonardo@bauminas.com.br

Diretor Financeiro

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 1F5F283C96474F8...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.37.127.8

Enviado: 30/03/2023 19:42:46

Visualizado: 30/03/2023 19:57:48

Assinado: 30/03/2023 20:01:26

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 30/03/2023 19:57:48

ID: f949b430-4aaa-4e9c-b1a9-0711ba94f947

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2023 19:42:46
Entrega certificada	Segurança verificada	30/03/2023 19:57:48
Assinatura concluída	Segurança verificada	30/03/2023 20:01:26

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Concluído	Segurança verificada	30/03/2023 23:11:58
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a Bauminas Quimica Ltda. poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a Bauminas Quimica Ltda.:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informar seu novo endereço de e-mail a Bauminas Quimica Ltda.:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a Bauminas Quimica Ltda.:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a Bauminas Quimica Ltda.:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a Bauminas Química Ltda. conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por Bauminas Química Ltda. durante o curso do meu relacionamento com você.